



## **Entrevista Veras: Maria Malta Campos**

### **“Na Educação Infantil, o que funciona é formação em contexto”**

Por Ricardo Prado, editor da Revista *Veras*, com colaboração de Lisandra Ogg Gomes, professora-adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e editora da Revista *Veras*

Para Maria Malta Campos, professora aposentada do Programa de Pós-graduação em Educação-Currículo da PUC de São Paulo e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, o modelo atual de formação docente precisaria ser reformulado “porque não satisfaz nem o professor de Educação Infantil, nem o dos



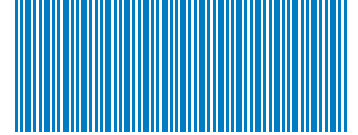
primeiros anos do Ensino Fundamental”. Nesta entrevista, concedida à Revista Veras no dia seguinte às eleições municipais, que colocaram no poder (ou reconduziram) em todo o país os responsáveis pela oferta de creches e pré-escolas, ela analisa o quadro que esses prefeitos encontrarão.

Descortina-se um cenário profundamente desigual, como de resto o próprio país, tanto em termos de oferta de vagas quanto de qualidade na Educação Infantil. E dentro de um ambiente econômico recessivo, com menos dinheiro para a educação, começam a surgir as “soluções criativas”, alerta Maria Malta. Dentre elas, a professora destaca o assédio dos sistemas apostilados aos secretários municipais de Educação (com empresas vendendo material didático diferenciado para as redes privadas e pública sob a mesma grife, denuncia) e o recém-lançado programa Criança Feliz, do governo federal, que, segundo a pesquisadora, não seria um programa educacional.

Tais “soluções criativas” tendem a piorar o que já se vê, e muito, em creches e pré-escolas: crianças em “modo de espera”, lutando contra o ócio, às vezes em frente a uma televisão (que, para a professora, deveria ser banida da escola). Justamente na fase da vida em que se encontram mais curiosas diante de um mundo que se apresenta com tantas novidades, lamenta, fazendo referência a pesquisas na área da neurociência. Há também outros trabalhos citados ao longo desta conversa (sobre a condição docente, a formação do professor e o impacto da Educação Infantil na vida das crianças), o que a torna um rico manancial de reflexões e descobertas para quem trabalha ou gosta desse tema. O que vem a ser a mesma coisa, já que quem trabalha com Educação Infantil é porque gosta do que faz – ou aprendeu a gostar.

**Revista Veras:** Hoje é o dia seguinte da eleição que trouxe uma nova leva de prefeitos, os responsáveis diretos pela oferta de Educação Infantil. Quais são suas principais preocupações em relação a esses novos dirigentes?

**Maria Malta Campos:** A gente está em um momento de muita instabilidade na área de educação, uma instabilidade que tem vários motivos, dentre os quais a situação política; mas eu diria que essa instabilidade não é de agora. Desde a Constituição e a LDB construímos certos consensos na área da Educação Infantil que



foram nos levando a um marco legal bastante avançado no Brasil, pelo menos naquilo que está no papel. Questões como os direitos da criança, padrões de qualidade, currículo, a questão ainda não resolvida, mas bastante discutida, da formação do professor, a questão do financiamento, que com o Fundeb deu um passo importante, já que o Fundef anterior excluía a Educação Infantil. Houve, então, conquistas significativas, como esses marcos legais e a construção de um senso comum sobre o que deve ser a Educação Infantil. Mas por que essa instabilidade? Primeiro, porque nós entregamos tanto a Educação Infantil quanto os primeiros anos do Ensino Fundamental para as prefeituras, que são 5.570 no país, e elas são muito heterogêneas. Pelas análises que tenho visto, a maioria esmagadora não tem condições para gerir a educação. Não é só que elas não têm condições financeiras; elas não têm as condições técnicas para isso, ou seja, pessoas capazes de gerir bem uma rede de ensino. Há uma enorme precariedade na maioria das prefeituras! E o risco, qual é? Essa PEC do teto [PEC 241] passando, isso provocará um enorme constrangimento na área da Educação Infantil porque ainda temos muitas crianças fora do atendimento. Mesmo que se argumente que a taxa de natalidade está caindo... E isso é verdade. Aqui na Fundação Carlos Chagas nós fizemos um estudo em relação às metas do Plano Nacional de Educação e constatamos que, de fato, em muitas regiões do Brasil a cobertura cresceu. Mas não foi porque houve aumento no número de matrículas, mas porque a taxa de natalidade caiu! Você olha a curva e pensa: “Ah, que legal, essa região está se dedicando a aumentar a oferta de creches e pré-escolas”. Daí, vai ver direito e percebe que não houve aumento de oferta, foi o número de crianças que diminuiu! E mesmo assim há enormes buracos no atendimento, não só de quantidade, mas de qualidade, o que é muito grave, principalmente na área da creche. Porque, quando você trabalha com crianças muito pequenas, você cria riscos muito grandes quando há um atendimento de baixa qualidade por dez, doze horas por dia, uma coisa muito massiva. Então, há a necessidade de se aumentar o investimento nessa área, e é muito difícil quando se está em um momento de constrangimento de despesas. E o histórico do nosso país é que, quando esse contingenciamento de despesas ocorre, ele acontece na área social. É mais fácil para os políticos cortarem na área social do que mexerem na estrutura tributária, ou mexerem em uma série de mecanismos meio perversos em termos de fontes de recursos públicos. É mais fácil passar a tesoura na área social. Então, estamos nesse momento de instabilidade e esses prefeitos estão assumindo prometendo mundos e fundos. Aqui mesmo, na cidade



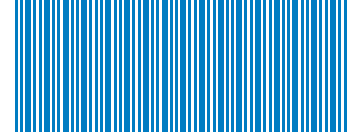
de São Paulo, o prefeito que foi eleito ontem [João Dória-PSDB] prometeu que vai zerar a lista de espera por creches. E é uma promessa impossível de ser cumprida!

**Revista Veras:** Por quê?

**Maria Malta Campos:** É até engraçada essa promessa. O atual prefeito [Fernando Haddad-PT] não prometeu zerar, mas prometeu investir na área; de fato fez isso, mas só no finalzinho do mandato dele, quando houve um aumento na oferta de Educação Infantil na cidade, principalmente por meio de convênios na área de creches. Ele diminuiu o total da lista de espera na Educação Infantil, que era de 180 mil crianças. E veja: todas com CPF e endereço! Esse sistema da Prefeitura de São Paulo é centralizado e as crianças são atendidas por ordem de chegada. E o que acontece? Você pode aumentar o número de vagas, mas é como disse uma senhora de um movimento de bairro na zona sul em uma audiência pública que houve no Tribunal de Justiça, em uma ação do Ministério Público que chegou a um Ajuste de Termo de Conduta que obrigou a prefeitura a abrir os dados sobre as vagas de creches. Essa mãe falou pro desembargador: “O senhor sabe qual é o problema? É que lá no meu bairro nasce criança todo dia!” (risos). É óbvio, que existe essa realidade; então, se você promete zerar a lista, supõe que ela é imóvel, mas não é! Prometem e não conseguem cumprir, e daí começam a surgir as tais “soluções criativas”... Por exemplo, um dos candidatos nessa eleição chegou a propor a construção de “creches verticais” para acabar com a falta de vagas. E como as crianças vão brincar, ou tomar sol? Já ouvi de um secretário de Educação de São Paulo a ideia de fazer creches em estacionamentos de supermercados (risos). A pessoa chuta qualquer coisa que vier à cabeça. Essas ideias pipocam, fazem certo estardalhaço na mídia, e na verdade há uma série de coisas estabelecidas que se sabe que funcionam na Educação Infantil, há um sistema de carreira dos profissionais que trabalham nela; então, não é possível se inventar tudo do zero a cada vez. O perigo é este: quando vem contenção de verba, há mais um motivo para se apelar a isso.

**Revista Veras:** São as tais “soluções criativas”...

**Maria Malta Campos:** No nível federal, aliás, há uma iniciativa que está sendo implementada pelo atual governo, que supostamente seria um substituto pra creche, que é aquela história de pagar visitantes que atendem a criança na própria família



[Programa Criança Feliz, lançado em outubro de 2016]. Estão propondo isso nos primeiros mil dias da criança, o que dá mais ou menos dois anos e meio. É aquela ideia de manter a criança em casa e pagar alguém para, uma vez por semana, levar uns brinquedinhos, sacudi-los na frente da criança supostamente para ensinar as mães a estimularem seus filhos, medir, pesar etc. Qual o problema desse tipo de iniciativa? Nada a obstar, se for um complemento a outras formas de atendimento. Seria até importante, sob o ponto de vista da saúde, porque hoje há vários problemas que, se solucionarmos quando a criança é bem pequena, evitam outros no futuro. Agora vem aí a “Geração Zika”, e outras questões que precisam de alertas precoces. Esse programa poderia até complementar ações como as do Médico de Família etc. Mas acho difícil que satisfaça a população em termos do que se espera de uma creche, com a dimensão de liberar a mãe e o pai, os familiares, inclusive os irmãos mais velhos, para o mercado de trabalho, para a participação cidadã... Essa iniciativa é ligada àquele político Osmar Terra [PMDB, atual ministro do Desenvolvimento Agrário], que implantou esse programa no Rio Grande do Sul. Acho complicado tirar dinheiro da educação para financiar um programa desses, que não é educacional. A maioria das crianças nas creches hoje tem mais de 3 anos. Uma visitinha por semana não vai resolver e, segundo a nossa Constituição, a partir dos 4 anos o ensino é obrigatório.

**Revista Veras:** Que tipo de risco pode sofrer a discussão sobre as Bases Nacionais Curriculares diante desse novo cenário político?

**Maria Malta Campos:** É uma incógnita, e é muito preocupante porque, seja lá o que esteja acontecendo, está sendo feito a sete chaves, enquanto no processo anterior tudo foi muito transparente. Há muita polêmica quando se discute currículo, e essas polêmicas vieram à luz e foram debatidas. Agora seria a última revisão das Bases Nacionais, depois que o documento foi colocado no site do MEC, que milhares de pessoas opinaram, que foi feito um mapeamento das sugestões, que foram convidados pareceristas. Depois, houve uma segunda versão e aconteceu uma coisa que não havia acontecido com a primeira versão das Bases Curriculares, que foi o fato de as equipes conversarem entre si. Na primeira versão havia um divórcio total: o que se exigia no 1º ano do Ensino Fundamental não tinha nada a ver com o final da Educação Infantil! Isso foi corrigido nessa segunda versão, na qual também se atendeu a uma reivindicação antiga dos educadores ligados à Educação Infantil, que é fazer a divisão por faixas etárias.



Em vez de serem duas, foram criadas três faixas, o que foi uma saída interessante: bebês e crianças bem pequenas, uma faixa intermediária que representa o momento em que a criança já está andando e falando, e uma terceira faixa, com aquelas da pré-escola. Eu não cheguei a ler essa segunda versão, mas sei o que foi feito nela. E a discussão estava nesse pé quando a Rita Coelho saiu [da Coordenação da Educação Infantil do MEC]. Sabemos que existe uma comissão que está revendo todo o currículo, inclusive o do Ensino Médio, que está causando essa celeuma, mas eu não sei quem a integra. Deve ter gente sabendo, mas eu não sei. Vamos ter que aguardar o que vai sair dessa caixa-preta.

**Revista Veras:** A senhora citou a Rita Coelho, que esteve à frente da Coordenação de Educação Infantil do MEC entre 2007 e julho deste ano. Como avalia a sua gestão?

**Maria Malta Campos:** Olha, sou até suspeita para falar da Rita. Nós nos conhecemos há muito tempo, quando ela era uma socióloga da Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, se não me engano, e ainda não trabalhava com Educação Infantil. Convivemos, eu, Fúlvia Rosemberg e Livia Vieira, que hoje está na UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais], em um projeto de assessoria ao setor de creches da Prefeitura de Belo Horizonte; o prefeito na época era o Patrus Ananias, a secretária era a Glaura Miranda, professora da UFMG e feminista. A Rita chegou a ser a dirigente do MIEIB [Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil], uma articulação ampla de movimentos e atuantes na Educação Infantil. Participamos também de uma pesquisa ampla no país, a Consulta sobre Qualidade da Educação Infantil, que investigou as concepções de qualidade de pais, educadores, funcionários, pessoas da comunidade e das crianças em quatro estados brasileiros. Desde Belo Horizonte para cá, a Rita foi uma militante da área, eu diria até mesmo uma líder nacional na articulação da área de pesquisa acadêmica com os movimentos e mobilizações da área educacional, com as organizações não governamentais, inclusive a Ação Educativa, da qual sou presidente, e com os diversos níveis e setores de governo que tomam decisões sobre Educação Infantil. Com uma infra precária, em termos de pessoal e dinheiro, ela liderou no MEC durante nove anos uma série de iniciativas muito importantes que deram continuidade e concretizaram muitos avanços legais na área.

**Revista Veras:** Essa consulta sobre a qualidade da Educação Infantil que a sra. citou foi feita em 2006. Ela também ouviu as





crianças, que destacavam a dimensão do brincar. Só que esse não era dos itens mais valorizados pelas equipes das creches, que também não contavam com muitos brinquedos. Professores e crianças continuam dando ênfases diferentes ao brincar?

**Maria Malta Campos:** Na cabeça das professoras que não têm muita formação essa valorização do brincar é simplesmente “deixar rolar”, sem propor brincadeiras mais ricas, outras formas de estimular a criança. Uma das pessoas mais competentes nessa área é a professora Tizuko Kishimoto, da Faculdade de Educação da USP. Ela está fazendo um trabalho comparativo da Educação Infantil entre o Japão e o Brasil em relação ao brincar. Uma vez ela estava conversando comigo e me chamou a atenção para o que significa brincar em uma escola no Japão: a intensidade, a profundidade, o tempo que se dá a isso, o respeito, a forma como a professora interage com as crianças, porque ninguém nasce sabendo brincar, é preciso aprender isso também! O que se observa no Brasil, infelizmente, é muito ócio, muita falta do que fazer, crianças em “modo de espera”. E a televisão... Na minha opinião a TV deveria ser banida das escolas. Deixa as crianças assistirem em casa!

**Revista Veras:** Pensando em termos de formação docente para a Educação Infantil, o que não poderia faltar em um currículo de pedagogia?

**Maria Malta Campos:** Nesse aspecto a gente sempre coloca o carro na frente dos bois. Na realidade, antes de se pensar sobre o currículo da Educação Infantil, ou em consequência dele, seria necessário discutir a formação do professor, que precisaria ser totalmente modificada. O modelo atual não satisfaz nem o professor de Educação Infantil, nem o dos primeiros anos do Ensino Fundamental, que é o professor polivalente. Quando foram elaboradas as Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia e para as licenciaturas tomou-se um caminho mais generalista, uma formação geral que servisse para todo mundo. Acontece que essa formação geralmente acontece em regime de meio período, noturna; hoje mais da metade é na modalidade de ensino à distância e, em geral, esses cursos são muito precários. Dentro dessa precariedade, o professor que vai trabalhar com adultos, em creches, em pré-escolas, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, com educação inclusiva, com educação indígena, todos recebem a mesma formação. Ou seja, a pessoa precisaria ser um gênio! Além disso, a maioria estuda e trabalha, porque



precisa pagar a faculdade. Ou seja: sai-se sem saber quase nada de Educação Infantil. Há uma pesquisa da Bernardete Gatti, feita aqui na Fundação Carlos Chagas, que mostra que apenas 5% do conteúdo dos currículos é de Educação Infantil, e mesmo assim não se refere ao “como fazer”, apenas a princípios gerais. Há um desencontro muito grande e o papel dessa professora polivalente não está claro. Elas recebem o diploma de curso superior, acham que vão dar aula, e não conseguem; porque ninguém nasce sabendo, e se elas não aprenderam... Então, como vão se virar com 20 bebês? Uma criança não sabe falar, outra não sabe andar, outra estranha e chora. Se a gente, quando é mãe pela primeira vez, apanha pra burro, imagina o que é colocar 20 bebês com uma mocinha recém-formada. As prefeituras não dão treinamento prévio; as melhores fazem concurso (porque nem todas fazem) e é assim: passou, assume a sala. E bata com a cabeça na parede quantas vezes quiser!

**Revista Veras:** E o que funcionaria?

**Maria Malta Campos:** O que todas as pesquisas mostram é que o que funciona é a formação em contexto. Não é uma aulinha, nem uma palestra, uma conferência, uma semana de formação de vez em quando, mas é aquela formação que se faz no dia a dia, embebida naquele fazer cotidiano; mas para isso a pessoa precisa estar lá o tempo todo. Também não é toda Secretaria de Educação que tem supervisão, principalmente em relação às creches terceirizadas. E nos locais em que acontece uma boa supervisão, como na cidade de São Paulo, em razão daquela cultura dos antigos inspetores de escolas ela é mais atuante nos aspectos burocráticos, como conferir se a lista de presença está em ordem, se os professores estão cumprindo o horário, se a merenda está correta; mas pouco se observam os aspectos pedagógicos da instituição. Nesse sistema, se o professor não tem um mínimo de formação prévia, fica difícil. E, daí, as melhores prefeituras precisam suprir aquilo que as faculdades não deram. E aquelas faculdades que não deram essa formação adequada são as que cobram. Então, instituímos um sistema difícil. Teria que mexer nisso, mas quem? Há lobbies poderosos nessa área, empresas internacionais, e nós entregamos o que é mais importante num país, que é a formação dos professores, para esses grandes grupos educacionais, que têm acionistas, interesses a contemplar... Aqui em São Paulo havia um curso ótimo, em tempo integral, o CEFAM. Era bem cuidadoso, tinha uma parte prática integrada à teórica, e os alunos recebiam uma espécie de mesada para não

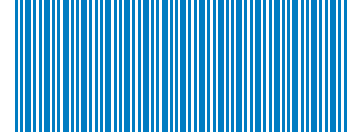




precisarem trabalhar. Então, se for mexer na Base Curricular sem um trabalho de discussão com as redes, não vai funcionar. Porque não basta colocar no papel. Se não houver uma ação das prefeituras no sentido de fazer acontecer, não acontece. Acaba que as redes privadas se apropriam desse conhecimento, como aconteceu com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que tiveram toda uma disseminação pelo Brasil afora, mas quem se apropriou dele foi a iniciativa privada. A rede pública se apropriou muito menos dos PCN, que é um documento bom, muito bem-feito. E, afora isso, há agora a competição com os sistemas apostilados, principalmente na pré-escola. A professora Letícia Nascimento, da Faculdade de Educação da USP, fez um trabalho sobre esses sistemas apostilados no estado de São Paulo. Na Educação Infantil, em termos de porcentagem não é muito alto, mas em termos de impacto é impressionante. Esses sistemas apostilados têm um marketing envolvido, são grifes. E as prefeituras que compram, e isso não é vendido barato, saem dizendo: “Agora o seu filho vai ter um ensino igual ao das escolas particulares”, porque o material chega com logotipo, apostila, caderno bonitinho... E há uma coisa mais terrível. Um grupo de alunas minhas da PUC [de São Paulo] andaram pesquisando isso em algumas prefeituras da Grande São Paulo: há um sistema de ensino que vende conteúdos diferentes, mas com a mesma embalagem, para a rede pública e para a rede privada. Olha só que coisa terrível: está se comprando gato por lebre, e o prefeito ainda achando bacana!

**Revista Veras:** Existem visões de Educação Infantil antagônicas que estão em jogo no debate sobre as Bases Curriculares Nacionais?

**Maria Malta Campos:** Acho que existe sim. Há uma visão que tem a raiz que vem da antiga concepção de jardim da infância, vem do [Friedrich] Fröbel, do trabalho que se faz em muitas instituições italianas de Educação Infantil, que alguns autores europeus chamam de uma pedagogia centrada na criança, que traz a criança como protagonista; se fala muito hoje da cultura infantil. Essa linha prioriza muito mais a criatividade, as interações, as brincadeiras como eixos estruturantes. E há uma outra visão, que pega o que se pede nos primeiros anos da escola fundamental e joga para baixo, e este foi um embate que houve desde o início da discussão sobre o currículo. O que se defendeu no grupo que estudava a Educação Infantil, ainda com a Rita Coelho na Coedi, foi que nessa faixa etária não fazia sentido haver a divisão por áreas de conhecimento, como acontece a partir do 1º ano do Ensino



Fundamental. Queriam que se fizesse a mesma coisa na Educação Infantil, e o grupo resistiu bravamente a isso e expôs a ideia dos Campos de Experiência como alternativa. Esses Campos de Experiência contemplam as áreas, mas de forma mais integrada, sem chamar de Matemática, Português etc. O que se vê acontecer hoje na pré-escola é a exigência de a criança sair da pré-escola já alfabetizada, sabendo fazer algumas continhas etc. Há quem defenda essa posição, como uma pesquisadora da Universidade Federal de São Carlos chamada Alessandra Arce, que apoia o ensino de matemática na Educação Infantil, o ensino de ciências etc. É uma concepção mais tradicional. Na Itália se trabalha na Educação Infantil muito por meio de projetos; aqui, se a gente vai a uma EMEI e pergunta, recebe como resposta que eles trabalham por projetos. Mas quando você vai investigar direito, depende muito do que se entende por projeto; há iniciativas interessantes, mas há também iniciativas pouco estruturadas, precárias, e isso vai depender da professora e das próprias crianças, do repertório que elas já têm. Lá em Portugal há uma professora chamada Julia Formosinho, que orienta algumas escolas públicas no país; eu visitei uma dessas escolas em Lisboa. Nas creches eles fazem uns projetos belíssimos, porque ali tem um pessoal que sabe trabalhar com as crianças, sabe enriquecer as ideias que as crianças dão, sabem fazer aquilo frutificar em mil direções, levam as crianças a fazerem coisas em várias áreas do conhecimento. Mas isso é de difícil disseminação, porque exige professores bem preparados e uma assessoria de alto nível. Veja o caso da rede de escolas públicas da cidade de São Paulo: são 2.600 unidades, com 40 mil professores, que atendem quase meio milhão de crianças.

**Revista Veras:** Como essa passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental poderia ser feita de forma menos traumática para as crianças?

**Maria Malta Campos:** Às vezes na mesma rede você tem uma escola de Ensino Fundamental, um muro, uma EMEI; e uma não conversa com a outra. No nível das prefeituras, nas secretarias de Educação, as equipes são separadas. O Peter Moss [professor do Instituto de Educação da Universidade de Londres – UCL], um autor inglês que já veio ao Brasil diversas vezes, criou uma expressão que diz o seguinte: “O Ensino Fundamental coloniza a Educação Infantil”. Isso porque, como ele é mais antigo, tem uma imagem muito mais consolidada, enquanto a Educação Infantil é mais recente. Ela não tem ainda uma proposta própria tão consolidada, é mais instável; então, é mais vulnerável. Moss classifica os vários



tipos de relação que pode haver entre a Educação Infantil e a escola primária. Em umas não há diálogo nenhum; em outras, esse diálogo acontece, mas uma domina a outra, que é o que mais se encontra; e a que seria desejável seria a relação em que houvesse um diálogo contemplando as duas partes. Eu morei nos Estados Unidos justamente quando meus filhos eram pequenos; lá, o jardim da infância é praticamente universalizado e funciona nas próprias escolas primárias; a maioria das crianças entra na escola com 5 anos, na própria escola em que irão estudar. Na Califórnia, onde eu morei, eles ficavam quando pequenos até o fim da manhã; quando passavam para o 1º ano, saíam às 3 da tarde. Em muitos sistemas será a mesma professora para a turma até o final dos seis anos. E, se você visita a sala do 1º ano, ela não é muito diferente daquela da pré-escola; não há um modelo de carteiras enfileiradas, mas diversos cantinhos. Assim, a passagem é menos abrupta. Aqui o que acontece é que a escola primária tem uma ênfase muito grande no conteúdo, e aquele frenesi que se apodera dos brasileiros quando se fala em alfabetização, “que o menino não está se alfabetizando” etc. Por outro lado, se criou na Educação Infantil uma resistência a qualquer forma de conteúdo, ainda marcada por uma visão romântica de que a criança nessa fase só tem que brincar. E, quando acontece essa passagem, é muito difícil para a criança porque ela passa do oito ao oitenta. Há uma tese de doutorado muito boa da UFMG, de uma professora que seguiu a mesma turma de crianças desde o começo da pré-escola até passar ao Ensino Fundamental. Ela filmou e trabalhou com uma metodologia bem rigorosa, analisando essas cenas. E o que ela descobriu, resumindo bastante: que as crianças continuamente apresentavam sinais de que estavam interessadas em ler e escrever, mostravam curiosidade em relação à leitura e à escrita, mas a professora passava para outra atividade, ou minimizava a dúvida, porque tinha recebido a orientação de que não deveria ensinar conteúdos. E, depois, as crianças vão para o 1º ano. Daí, você pensa: agora elas vão ficar felizes, porque finalmente vão trabalhar com a leitura e a escrita. Só que daí é só isso que elas têm, e é um massacre! Elas sentem falta de brincar, de terem atividades com arte, atividades de movimento etc. Ela tinha uns exemplos incríveis nessa tese que mostravam como essa passagem está desequilibrada.

**Revista Veras:** A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos foi saudável no sentido de superar o abismo que sempre houve entre esse nível e a Educação Infantil?

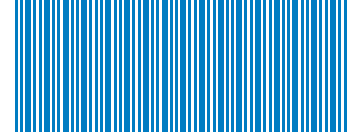


**Maria Malta Campos:** É uma questão polêmica. Na época em que foi feito isso, fizemos um levantamento em relação aos outros países. Na maioria da América Latina o ingresso na escola acontece aos 6 anos. O que aconteceu no Brasil foi um mal-entendido, ou talvez seja parte da polêmica, mas o Poder Judiciário entrou por aqui antecipando essa entrada na escola; no Mato Grosso do Sul as crianças estavam entrando no 1º ano com 5 anos, o que é um absurdo! A forma como foi feita a ampliação é que foi ruim, a pior possível: por decreto e sem tempo de preparo para as redes. Outros países deram vários anos para essa transição, prepararam as redes, as famílias, os professores. Os pais também foram pessimamente informados sobre a mudança. Não houve cuidado nem respeito às famílias e aos professores. Muitos pais acham que quanto antes a criança entrar no 1º ano melhor, o que não é verdade. E na Região Norte as crianças continuam entrando muito tarde na escola, por falta de vagas, e também por falta de informação, porque as famílias não estão cientes de que a partir de tal idade é preciso colocar a criança na escola.

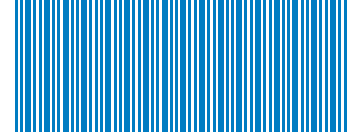
**Revista Veras:** Como a sra. avalia a questão da equidade no acesso à Educação Infantil no país? Ela evoluiu?

**Maria Malta Campos:** Se pegarmos um lugar como a cidade de São Paulo, por exemplo, a situação melhorou. No caso da pré-escola ainda há alguns distritos com muita criança fora da escola, mas em geral há uma boa oferta. Mas, quando se examina a questão da oferta em creches, as diferenças dentro da cidade são brutais. Há distritos em que há 10% de atendimento de crianças em creches, outros têm 50%. E não dá para esperar que essa criança vá se deslocar da periferia até outros bairros. A Dolores Kappel, que foi do IBGE, foi a primeira a estudar as diferenças, que são enormes, por regiões, nível sócio-econômico, renda familiar per capita, por raça etc. No caso da pré-escola, essa diferença melhorou bastante ao longo da última década; as diferenças por renda, por exemplo, diminuíram bastante; no caso das creches, elas continuam existindo. Há uma diferença enorme também entre o ambiente rural e urbano, entre regiões geográficas, entre brancos e não brancos, em que se incluem pretos e pardos. O Brasil é muito desigual. Melhorou, mas ainda continua desigual, e isso se reflete em tudo.

**Revista Veras:** De que forma a precariedade das condições de trabalho, tanto no sentido de formação docente quanto de aparelhamento das instituições, afeta as futuras etapas de escolarização?



**Maria Malta Campos:** Sabemos o que acontece no cérebro da criança, em seus aspectos cognitivos, a partir de muitas pesquisas que foram feitas nos Estados Unidos; aqui no Brasil praticamente não há nada. Primeiro há uma enorme resistência em se fazer a avaliação da criança. Se eu quiser ir a uma creche e começar a testar as crianças com 2, com 4 anos, depois com 7, como se faz em outros países, em estudos de longo prazo, longitudinais, nos quais se acompanha um mesmo grupo de crianças, isso teria que ser feito por um longo período. Aqui se faz isso na área de saúde, há uma pesquisa no Rio Grande do Sul que acompanha um grupo há mais de 20 anos. No caso da Educação Infantil há uma pesquisa sendo feita na Inglaterra chamada EPPE [The Effective Provision of Pre-School Education Project], que começou na época do Tony Blair, muito cuidadosa, envolvendo a Universidade de Oxford, a de Londres e outras instituições. Eles pegaram uma amostra de cerca de 3 mil crianças, de várias classes sociais, de várias origens, e foram seguindo essas crianças ao longo de suas vidas escolares, chegando à educação primária e secundária. Os meninos desse estudo devem estar atualmente já no fim do Ensino Médio. Daí, fizeram uma bateria de testes, estudaram as escolas, as famílias etc. Havia aquelas que aos 3 anos continuavam nas famílias; aquelas que tinham uma babá; aquelas que participavam de Playgroup, com pais que se reúnem periodicamente para que seus filhos brinquem juntos, de forma informal, às vezes contando com uma pessoa contratada para interagir com as crianças; e outras entravam na creche e, na sequência, na pré-escola. Depois, eles pegaram no começo do ensino primário e foram acompanhando a evolução, não apenas na parte escolar, de resultados, mas avaliando também os aspectos emocionais. Essa pesquisa gerou um monte de relatórios. E o que eles descobriram a respeito da Educação Infantil? Que aquelas crianças que haviam frequentado um determinado tipo de instituição que lá se chama Comprehensive – que é um centro de Educação Infantil integrado, de boa qualidade, não tem para todo mundo, mas está mais ou menos espalhado pela Inglaterra, onde há um trabalho com as famílias, onde também se avaliam questões de saúde das crianças etc. – foram as que tiveram melhor desempenho escolar. As que ficaram em casa ou só frequentavam os day groups foram piores. Porém, as que frequentavam creches de baixa qualidade, que também há por lá, tiveram vários problemas, inclusive de ordem afetiva, não apenas cognitiva. E na estatística da pesquisa eles controlaram diversas questões, como o nível sócio-econômico, se eram migrantes ou não, foram bem cuidadosos nesse aspecto. Constatado isso, eles fizeram algo mais difícil ainda: voltaram

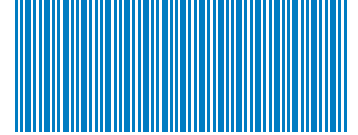


àquelas escolas que haviam apresentado alunos com melhor desempenho para estudar o que havia ali, na interação entre as professoras e as crianças, de diferente em relação às outras instituições. E descobriram que o Vigostky estava cheio de razão, lá nos anos 1920, quando pensou na tal “zona de desenvolvimento proximal”. Ou seja, se você tem uma atividade livre, as crianças estão envolvidas nela e o adulto interage com a criança nesse momento, desafiando-a a ir um pouquinho mais além, isso é decisivo. Ao contrário do que vimos que acontece no Brasil com professoras mal formadas, lá, quando as crianças estavam brincando, a professora entrava na conversa e começava a propor desafios a partir das brincadeiras que estavam fazendo. Isso faz a criança caminhar no seu raciocínio, na sua percepção, no seu diálogo. É muito bonito esse trabalho porque eles fizeram todo o caminho de ida e o de volta. Há outro estudo longitudinal, feito nos EUA, que, de forma geral, mostra que a pré-escola sempre melhora o desempenho futuro da criança. Mas no caso da creche isso nem sempre é verdade, depende de que tipo de creche está se falando. Se ela for muito ruim, faz mal à criança. Claro que aqui no Brasil sempre é preciso pensar que, se a criança ficar em casa, como será essa casa? Mas, quando a creche é muito ruim, pode causar muitos riscos, e a neurociência tem mostrado isso. Eu sou uma pessoa que sempre impliquei muito com esse tema da neurociência, havia uma certa obsessão em torno do cérebro, mas tenho participado de um grupo interdisciplinar com o pessoal da Faculdade de Medicina e de Psicologia e é impressionante o que se está descobrindo nessa área.

**Revista Veras:** Por exemplo?

**Maria Malta Campos:** Você tem uma curva de aprendizagem que mostra a velocidade com que as conexões cerebrais vão se formando, e isso varia de acordo com a faixa de idade. No caso das crianças pequenas, de 0 a 5 anos, o auge dessa curva do aprendizado se situa entre 1 e 2 anos; ou seja, o potencial é enorme, mas os riscos também. E não adianta pendurar coisas para a criança ver. É preciso tocá-la, é importante esse toque, o contato corpo a corpo; está se descobrindo como isso é importante. É uma série de informações que acendem um sinalzinho vermelho pra gente, mas no Brasil há muito pouca pesquisa nesse sentido. Do ponto de vista da educação, praticamente não há nada. Seria importante nesse momento haver mais pesquisas interdisciplinares envolvendo pessoas da saúde, da psicologia, da educação, para examinarem o que acontece com as crianças quando não têm atenção individualizada numa creche, o que acontece com uma





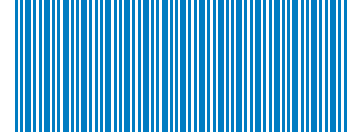
criança que vive numa família em que se dá mais atenção a ela etc. No Brasil há muito debate ideológico, mas pouca pesquisa. E isso é importante para se ter uma orientação mais segura na hora de discutir políticas públicas.

**Revista Veras:** Há alguma rede pública de Educação Infantil que atualmente faça um trabalho interessante, do ponto de vista pedagógico?

**Maria Malta Campos:** Florianópolis tem uma rede de Educação Infantil muito interessante. Lá eles optaram por não separar as creches e pré-escolas. Como a cidade não é muito grande, as unidades são menores, tanto as conveniadas quanto as da rede. Há uma valorização do trabalho manual e do contato com a natureza e eles também têm uma boa relação com a Universidade Federal de Santa Catarina; há um pessoal do Núcleo de Desenvolvimento Infantil que tem muita interação com a rede da capital, o que qualifica essa rede. De modo geral, a qualidade era muito boa quando avaliamos Florianópolis.

**Revista Veras:** Gostaria de encerrar esta entrevista querendo saber o que a sra. está pesquisando atualmente.

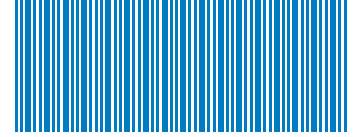
**Maria Malta Campos:** Estou terminando uma assessoria, com a Bruna Ribeiro, na Prefeitura de São Paulo, de autoavaliação participativa usando o Indicador de Qualidade na Educação Infantil como ferramenta. Aplicamos questionários, fizemos trabalhos de grupo, um monte de encontros, e agora estamos escrevendo o segundo relatório com esse material. Foi feito assim na rede: cada unidade separou um dia para a autoavaliação e outro dia para criar o Plano de Ação. No primeiro o que se fazia era um diagnóstico, segundo nove dimensões de qualidade (o documento federal trazia sete dimensões de qualidade, e o do município, que foi construído coletivamente, incluiu outros dois). Nesse dia da autoavaliação junta todo mundo, os professores, os pais, os funcionários, é uma coisa bonita, e aí se dá um sinal verde, amarelo ou vermelho para cada dimensão. Cada dimensão é composta pelos indicadores de qualidade, tudo isso discutido em grupo e numa plenária. Depois, em outro dia, essas pessoas se reúnem novamente para, a partir daquele diagnóstico, elaborarem um Plano de Ação. E o que combinamos com as escolas foi o seguinte: para a Secretaria de Educação não importava quantos verdes, amarelos ou vermelhos havia, porque cada unidade tem os seus critérios, que não são comparáveis. Aliás, geralmente as unidades melhores são mais



críticas do próprio trabalho; as piores geralmente dão verde para todos os itens, naquele raciocínio de que “quanto mais verde melhor”. E isso não importava de fato, porque o importante era discutir com as escolas os critérios usados para elaborar o Plano de Ação, como aconteceu a participação das famílias etc. E isso foi feito tanto na rede conveniada quanto na direta nas 2.600 unidades, nos anos 2015 e 2016.

**Revista Veras:** Um raio X interessante este, feito pela própria comunidade...

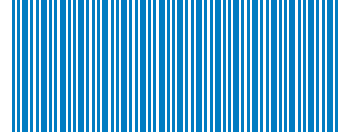
Maria Malta Campos: Foi muito interessante, entusiasvou muita gente, amedrontou outros. Muitos tinham receio desse contato com a família porque nunca se chama a família para nada, e dessa vez era obrigatório, estava no calendário oficial. Esse receio diminuiu muito depois que as primeiras reuniões aconteceram. Dependendo do empenho da escola, em algumas apareciam poucos pais, em outras apareciam muitos, mas sempre apareciam alguns. Assistimos algumas unidades e uma orientanda minha até fez uma dissertação de mestrado acompanhando duas escolas. É um começo, fazer as pessoas pensarem sobre o que elas fazem. E nós fizemos tudo regionalmente, nas 13 diretorias regionais. Cada seminário era feito 13 vezes, cada reunião para relatar como é que foi, 13 vezes... Um primeiro relatório já está sendo publicado pela Coleção Textos FCC, e está agendado um segundo, que é este que estamos escrevendo agora. É uma experiência muito interessante, primeiro pela escala. Algumas redes fizeram essa aplicação, mas têm seis unidades; outra tem 30, mas só fizeram em dez. Mas nesse caso, não: são 2.600 unidades envolvidas, toda a rede. Uma coisa interessante nesse processo é que ele foi feito inteiramente com os quadros da rede; de fora havia apenas eu e a Bruna. Então, se formou um grupo com uma representação regional, que foi quem escreveu o documento da prefeitura. Houve o desejo de se adaptar o documento do MEC à realidade da rede, e esse grupo discutiu profundamente esse documento, acrescentando novas dimensões, de acordo com a realidade de cada lugar. Se fala sempre em “o professor”, mas esse é um grupo muito heterogêneo, quanto a idade, características, nível e origem social; não é só o curso que a pessoa fez, mas tudo o que ela é. Para muitos, ser professor é uma ascensão social, e que começa na Educação Infantil. Começam em geral na creche, onde seria supostamente mais fácil, e daí a pessoa quer subir para outro nível. Muitas falam assim, já colhemos vários depoimentos, alguns até aparecem em artigos do dossiê [publicado nesta edição da Revista



Veras]: ‘Eu nem sei por que vim parar aqui, mas depois eu vi que é o que eu gosto e sei fazer’’. Há também aquelas professoras que vêm do fundamental, chegam de cara amarrada e depois nunca mais saem porque gostam de trabalhar com crianças pequenas. Há vários tipos de reações, várias trajetórias. Mas é uma profissão muito esgotante, as pessoas se esgotam logo. Tanto que há países na Europa que propõem que as pessoas fiquem cinco, seis anos na Educação Infantil e depois revezem em algum outro tipo de atividade, para depois voltar.

**Revista Veras:** Esse rodízio diz respeito especificamente à Educação Infantil? Ela é mais esgotante do que outros níveis?

**Maria Malta Campos:** É. Na rede pública aqui de São Paulo há um revezamento de professoras, que ficam algumas horas, depois entra outra, o que não é muito bom para a criança, mas é melhor para o professor. Mas na rede conveniada a jornada é penosa: entra pela manhã e sai no fim da tarde. É um trabalho árduo, que exige muito, até fisicamente. Ainda mais quando a pessoa não sabe como fazer, é mais penoso porque é frustrante. Há uma pressão familiar mais forte, uma série de coisas. Uma coisa é a gente ficar aqui, conversando sobre a condição do professor, outra coisa é estar lá, no fogo, todo dia. Mas tem gente muito bacana por aí, umas pessoas incríveis, a gente fica até emocionada de ver, sabia? Tem umas pessoinhas incríveis que estão por aí... Às vezes a gente chega a um lugar e aparece aquela pessoa que é uma luz, que faz um monte de coisas, que enfrenta dificuldades, que tem liderança, que inventa coisas. A gente vê muito isso, é bacana. Eu falo: neste momento político tão desanimador que a gente vive, se olha pra cima a gente fica muito pessimista; mas olha um pouco pra baixo que a gente fica mais otimista. Porque vemos aquela pessoa em lugares aonde nunca ninguém vai, e ela está ali, fazendo um trabalho legal. Tem muita gente assim, por isso que se segura. Outro dia a gente fez uma reunião numa biblioteca municipal na zona norte. Aqui em São Paulo há uma rede de bibliotecas bem interessante, que vem desde os anos 1930 com o Mário de Andrade, algumas são bem antigas. Essa era uma bela construção, havia um jardim onde as crianças brincavam e que era aberto às pessoas do bairro, e vimos uma série de coisas interessantes, de atividades como contação de histórias, teatro, grupos de discussão de adultos, uma série de coisas. Aí eu fui conversar com a diretora da biblioteca, que me falou: ‘Olha, comecei a frequentar essa biblioteca quando eu tinha 3 anos de idade. E agora sou diretora dela’’. ‘Ah, então me conta um pouco como é o seu trabalho.’ Daí,



ela começou a contar, e você via o orgulho dela de fazer aquele trabalho superinteressante. Você passa de carro na frente e nem repara na biblioteca, onde ela trabalha aos sábados e domingos, porque é o dia que as pessoas têm para irem à biblioteca. Então, a gente vê coisas muito interessantes por aí. Mas também há muito o que fazer.